POR UMA ÉTICA DO PERTENCIMENTO

Carley Rodrigues Alves
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Campus Universitário, BR 101 Norte - Km 97
Tabuleiro do Martins, 57072-970 – Maceió/AL – Brasil
carley.alves@gmail.com

Márcia Brito Nery Alves
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-graduação em Geografia
Av. Mal. Rondon, s/n, Bairro Rosa Elze, 49100-000 São Cristóvão/SE – Brasil
marcia.bna@gmail.com

Introdução

Nenhuma sensação expressa melhor o que Cândido (1977) concebe por *grupos rurais de vizinhança,* do que a noção de pertencimento. Quem vive no campo experimenta inconscientemente ou não o pertencimento. Quem vai ao campo e se mostra disposto a interagir com a comunidade pode entender e sentir os efeitos do pertencimento. A comunidade é a experiência do pertencimento. É o território da segurança. Segurança que, de acordo com Bauman, produz ganhos, por um lado, e implica em perdas, por outro. Perdas que se situam no domínio da liberdade e da identidade.

Falar de pertencimento nos dias de hoje parece-nos cada vez mais *démodé*. Para muitos, pertencer significa, em última análise, sucumbir a antigos determinismos espaciais e a territorialidades tradicionais imemoriais ainda vigentes e experienciáveis no presente de certas comunidades, sendo considerados ultrapassados face o estilo de vida urbano baseado na mobilidade. Sendo assim, a medida que a independência dos determinismos espaciais, na atualidade, sugere o surgimento de novas territorialidades, aniquilam-se as possibilidades de pertencer, ao passo em que se desintegra a comunidade e as estratégias de sobrevivência comunitárias.

Para se compreender o significado da noção e do sentimento de pertencimento será preciso recorrer as origens históricas do problema, associando a crise do pertencimento à própria evolução e crise da ciência clássica. Neste sentido, a

compreensão do papel do paradigma cartesiano na desintegração da subjetividade, poderá abrir novos horizontes de discussão da importância e perpetuação das práticas solidárias em comunidades rurais.

Por uma ética do pertencimento

A história do pertencimento, ou de sua impossibilidade, remonta as origens da ciência moderna. Já no século XVII, o terreno estava preparado para que se destituísse do homem o sentido de pertencimento. O paradigma cartesiano, como posteriormente se chamaria, traria à tona a dualidade corpo/alma, a aurora da desintegração do homem. Neste contexto, a reação surgiria, ainda em meados do século XVIII, por meio de Rousseau, que criticaria abertamente o desenvolvimento do intelecto e da razão humana em detrimento das virtudes do coração e das afeições, demonstrando que *o instinto e o sentimento são mais confiáveis que a razão* (DURANT, 1996, p.251). Esse tipo de reação ocorreria de maneira generalizada na forma de contracorrentes, como o romantismo, a hermenêutica e a fenomenologia, entre outras (GOMES, 1996, p.93-124).

Comentario [carley ro1]: O séc. XVIII foi de fato o século das luzes.

No século XIX, a humanidade receberia, igualmente atônita, a *Origem das Espécies*. Os estudos conduzidos por Darwin viriam demonstrar que os mecanismos de evolução dos seres vivos se dão a partir do processo de seleção natural, demonstrando-se através dos graus de parentesco entre as espécies. Dentro do mesmo quadro lógico a classificação do ser humano enquanto primata introduziria uma perspectiva de renaturalização do homem que, neste contexto, é chamado a reconsiderar suas origens metafísicas/espirituais, levando a um certo desencantamento do ser humano. Para Davies (2000, p.321), *na história da ciência, nenhuma idéia golpeou tão profundamente a autoestima da humanidade quanto a teoria da evolução de Darwin.*

Comentario [carley ro2]: Talvez seria melhor dizer renaturalização do homem....

A perspectiva humanista no século XX é, sobretudo, uma janela que vem se abrindo na direção da reconciliação do homem com a natureza. A dualidade cartesiana entre a *res cogitans* e a *res extensa* cedem a pressão existencial exercida por uma sociedade sem perspectivas de se encontrar em si-mesma. Para Buzzi (1992, p.36-37), *[...] quando estamos junto à água, à terra, às árvores, aos animais, às pedras, não estamos apenas lado a lado como as cadeiras estão ao lado da mesa. Há no nosso estar no-mundo uma compenetração, um 'ser-com', um 'ser-em', um 'ser-dentro'.*

As realizações humanas, no campo da técnica, ao tempo em que amplificavam

exponencialmente o potencial humano, colaboravam para distanciar o ser humano do seu contexto natural e social. A sensação de *estar dentro* e *estar fora,* ao mesmo tempo, caracterizou uma sensação de dupla origem. Duas realidades e dois mundos co-existindo. Essa metafísica existencial pode ser vista igualmente na natureza aparentemente dupla da realidade: imagem e essência.

Para Bartholo Jr. (1986, p.104): *O poder científico-tecnológico se desenvolve na modernidade no interior de um "vácuo ético" que potencializa o risco de autodestruição para um Homem alienado de seu vínculo de pertinência com a Natureza*. Este vácuo ético representa a própria compartimentação estabelecida pela modernidade, que interrompeu o fluxo das coisas, inaugurando um período de profunda solidão, na humanidade. Essa solidão, caracterizada pelo distanciamento do homem do seu entorno, representa a sensação de vazio ético.

Aristóteles ao apresentar sua concepção de ética (Ética à Nicômaco), compreende que esta representa o elemento da condição existencial do *zoon politikon* (homem político). Assim, demonstra que a ética é um conjunto de normas e valores que respondem pela convivência/coexistência do homem em sociedade. O vocábulo ética origina-se do grego *éthos* ou morada, modo de ser, convivência. O *éthos* foi convertido em ética pela modernidade científica, atribuindo ao conceito uma característica formal/nomotética, distanciando-se de seu significado original.

A ética moderna difere da ética aristotélica na medida que deixa de significar a condição da alteridade na relação homem/homem, em sociedade, e, por conseqüência, da relação homem/meio. Traduzindo-se na ética fria dos códigos de ética.

Por outro lado, a virtualização do mundo relegou a ética a um patamar secundário. As relações irreais da tela são interpretadas como realidade possível, por uma sociedade alienada dos vínculos éticos de pertencimento com o outro e com a natureza. Para Baudrillard (1992, 63), *se caímos com tanta facilidade nessa espécie de coma imaginário da tela, é porque ela traça um vácuo perpétuo que somos solicitados a preencher.*

A questão ética, dessa forma, teria por objetivo discutir as perspectivas da convivência do homem, ser social, em relação a suas atitudes e valores, tendo a condição de enxergar essas relações nos gêneros de vida produzidos numa determinada parcela da superfície terrestre e, dessa forma, compreende a evolução social e cultural dos povos como interdependentes em relação ao meio físico e as territorialidades sócio-culturais. Dessa forma, não se pode desvincular as dimensões espaço-tempo das questões éticas e, portanto, das questões de ordem moral que regem a conduta dos indivíduos em sociedade.

Não existe uma natureza empírica que não seja humana. No entanto, a ciência moderna destitui do cientista o seu vínculo natural com a Terra. Esse indivíduo *alienado/alienígena* passa de sujeito empírico para sujeito epistêmico, na medida em que se constitui em comunidade científica, tentando se encontrar em modelos teóricos produzidos grosseiramente via indução. O restante da humanidade perderia seu significado, não se enquadrando nos requisitos de objetividade exigidos pelo método científico.

A ciência moderna ao se dirigir pelas diretrizes do método científico moderno deixa de ser *épisteme* e passa a ser uma forma de conhecimento objetivo e geral. A tentativa de estabelecer um conceito de espaço regido por leis mecânica, esbarra na imprevisibilidade humana, própria de sua natureza subjetiva. Assim, a insistente presença dos seres humanos no espaço é o principal vetor de catalisação do processo de reforma do conhecimento, para além dos limites estabelecidos pela ciência moderna.

Na atualidade, a superação da condição de paradoxo entre pertencimento e identidade depende da construção de uma nova ética. Essa construção pode ser um retorno ao *éthos* e uma retomada do fluxo interrompido a partir século XV pela modernidade científica. Essa retorno possibilitará reconstruir os caminhos e elos perdidos durante o Iluminismo e restaurar no homem o sentido ontológico de sua presença no mundo.

A possibilidade de considerar e enxergar o papel das formas de conhecimento relegadas ao obscurantismo, como o conhecimento popular, teológico, mítico, e todas as manifestações da mente humana é um dos desafios mais importantes a se perseguir nesta fase do conhecimento científico. A construção de uma integralização das formas de saber é um dos caminhos em direção a reconstrução do *éthos* original, no momento em que o homem reconstrói os vínculos de pertencimento com o mundo, ele reencontra o significado de sua existência e volta a perceber, em sociedade, o significado recíproco da alteridade, implicando num restabelecimento da justiça e eqüidade bem enfatizada por Aristóteles (nos ensinamentos a Nicômaco, seu filho).

Segundo Morin (1998, p.129), é preciso atentar para o problema da *hiperespecialização* das ciências humanas. Segundo o Autor, este fenômeno [...] *destrói e desloca a noção de homem; as diferenças sociais, a demografia e a economia não precisam mais da noção de homem. [...] A idéia de homem foi desintegrada.* Uma ciência complexa, desejável, deverá traduzir o seu discurso em efetiva *práxis* social propondo uma nova alfabetização para as ciências, premente as ciências exatas e naturais, propondo a transgressão do método científico, por meio de um envolvimento

intersubjetivo direto entre o sujeito e o objeto, agora reconvertido em sujeito, na produção do conhecimento científico, como única condição de aceitação desta forma de conhecimento na realidade neo-paradigmática vindoura.

Da crise do pertencimento à solidariedade geográfica

Muitos autores tem se dedicado, nos últimos tempos, a compreensão da condição de crise do pertencimento como Virilio (1993), Baudrillard (1985), Anderson (1989), Giddens (2002), Lyotard (1998), Hall (2000) Harvey (1989) etc. Estudos que abarcam desde a importância subjetiva (e objetiva) da terra natal, aos efeitos psicológicos das diásporas na construção de comunidades imaginadas. A relação entre pertencimento e identidade, sobretudo a identidade nacional, situa-se nos quadros sócio-culturais (e psicológicos) paradoxais do presente. Neste sentido, Bauman (2005, p.26) entende que *a idéia de identidade nasceu da crise do pertencimento*. Para este autor o projeto de criação dos estados-nação exigia mecanismos de construção e consolidação de uma identidade nacional. A força desta identidade imposta produziu abalos sobre a segurança sugerida pelo pertencimento, e este fenômeno é reforçado pela globalização contemporânea.

A comunidade materializa a noção de pertencimento, no entanto, no presente, a identidade é a *substituta da comunidade,* ou seja, *do 'lar supostamente natural' ou do círculo que permanece aconchegante por mais frios que sejam os ventos lá fora.* (BAUMAN, 2003, p.20). Este autor, ao caracterizar a importância da comunidade, deixa claro que a mesma perde constantemente o seu lugar social, para a identidade.

A busca por comunidade exige que saiamos da cidade na direção do campo. Na zona rural o sentido da palavra comunidade é ampliado na *práxis* comunitária. Cândido (1977, p.62) ao estudar os lugares rurais destaca o modo de vida e o sentimento de localidade como elementos do pertencimento que caracterizam o *grupo rural de vizinhança.* A idéia de proximidade e distância se constituem elementos explicativos do pertencimento. Proximidade e distância antes afetiva que espacial.

A crise de pertencimento experimentada pelos membros da comunidade, sugere uma discussão introduzida por Santos, que se baseia nas condições e possibilidades de uma Geografia da Solidariedade. Por meio do conceito de Solidariedade Geográfica, Santos destacaria a importância da comunidade, reafirmando o lugar enquanto categoria fundante do pensamento geográfico, palco de sua realização.

A comunidade, enquanto espaços de solidariedade, pressupõem a territorialidade de um tipo de relação interpessoal nos espaços de vida, com inúmeros desdobramentos na vida social, que de modo geral costumam ser apresentados como dimensões da cultura local. A tensão na atualidade entre o que se convencionou chamar de cultura local e globalização, espaços locais e espaço global, ou, tão simplesmente, local e global, vem

desqualificando o papel do homem, reduzindo a sua importância e centralidade.

A noção de solidariedade é fundadora do espaço geográfico. Indica associação, correspondência, equivalência, entre os fenômenos da superfície terrestre. A idéia de totalidade também comporta a noção de solidariedade. Ou seja, o todo abstrato formado pela partes reais, concretas, que se solidarizam, nesta perspectiva. Para La Blache (1913, p.289),

> A Geografia compreende, por definição, o conjunto da Terra. [...] A idéia de correspondência, de solidariedade entre os fenômenos terrestres, penetrou e tomou corpo, muito lentamente na verdade, porque se tratava de apoiá-la sobre fatos e não sobre simples hipóteses.

Esta perspectiva de valorização da dimensão espacial da solidariedade social equivale a buscar na dimensão abstrata do mundo, espaços de solidariedade concretos e reais no lugar. Não obstante a compreensão de que a apresentação da espacialidade concreta está sempre envolta nas representações complexas e diversificadas da percepção e cognição humanas, sem nenhuma necessidade de uma correspondência direta e determinada entre as duas. Segundo Soja (1993, p.149) a espacialidade é um produto social consubstanciado e reconhecível, parte de uma “segunda natureza” que incorpora, ao socializá-los e transformá-los, os espaços físicos e psicológicos. E ainda, por outro lado, como produto social, a espacialidade é, simultaneamente, o meio e o resultado, o pressuposto e a encarnação da ação e da relação sociais. (Ibid.)

A noção de solidariedade geográfica, concebida enquanto “cimento” capaz de unir a dimensão social à dimensão espacial é de profunda relevância para a compressão do mundo vivido (MELGAÇO E SOUZA, 2003). Representa, em última análise, uma nova leitura do espaço geográfico, por meio de seu objeto clássico de estudo, a saber, a relação do homem com o meio e, por conseguinte, da sociedade com a natureza. Segundo Oliveira (2001, p.171), *sem admitirmos um elemento de solidariedade mecânica irredutível na sociedade, ela deixa de ser sociedade, perde sua “alma” e a possibilidade do “sagrado”.* Ainda segundo este autor:

> Durkheim baseia toda sua esperança na validade do seu projeto na hipótese de que haja uma permanência no indivíduo do sentimento de superioridade do coletivo ou sagrado frente ao particular ou profano da mesma maneira que a solidariedade mecânica resiste à solidariedade orgânica. (Ibid.)

Para Souza (2005), Milton Santos teria pensado o território usado enquanto uma

categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. Segundo a Autora, ainda parafraseando Santos:

> O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico.

Esta forma exclusiva com que Santos concebe o espaço geográfico, resulta de um raciocínio, a priori, que busca por marcos históricos e que recua as origens primeiras do espaço geográfico, remontando ao homem primitivo em sociedade. Ao fazer esta arqueologia, Santos (1996, p.18) argumenta que:

> No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos.

De forma complementar, segundo Carlos (2000, p.240), a corrente analítica que pensa o espaço geográfico como produto sócio-histórico ilumina o fato de que as relações sociais se concretizam enquanto relações espaciais – o que liga de modo indissociável, num único plano, o cotidiano ao lugar. Cotidiano este que, para Santos (1996, p.38) correspondia à *quinta dimensão do espaço*. Para Ele, o cotidiano deve ser objeto de interesse dos geógrafos, a quem cabe forjar os instrumentos correspondentes de análise.

Do ponto de vista das relações em nível do cotidiano, Lima (2002) utiliza expressões significativas como: comunhão das idéias locais e solidariedade orgânica dos homens que se conhecem e trabalham juntos. Na mesma direção, Thomaz Jr. (2005, p.23), acrescenta ao que denomina de *Léxico da Vida,* os vocábulos, *democracia popular*, *justiça, direitos humanos e solidariedade.* No entanto, segundo este mesmo Autor (ibid., p.18), predomina na atualidade uma *anti-solidariedade:*

> Diante dos imperativos da desinformação, e dos demais instrumentos de controle ideológico sob comando dos setores hegemônicos da burguesia, do Estado, do grande capital, tem-se a prevalência da anti-solidariedade reinante no interior do universo do trabalho, dos movimentos sociais em geral, e da classe trabalhadora em particular.

É bastante oportuno ao geógrafo nos dias de hoje refletir sobre o seu papel na sociedade enquanto agente de promoção da solidariedade. O lugar é uma categoria de análise que dá sentido prático ao papel do geógrafo. Por meio do estudo do lugar, das relações que operam no seu interior e das relações do lugar com os outros lugares é que o geógrafo pode efetivamente contribuir para uma transformação qualitativa na sociedade contemporânea, rumo à construção de uma cidadania plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURANT, Will. A história da Filosofia. São Paulo: Nova Cultura, 1996. (Coleção Os Pensadores).

GOMES, Paulo C. da C. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,. 1996.

DAVIES, P. O Quinto Milagre: em Busca da Origem da Vida. Companhia das Letras. 2000.

BUZZI, Arcângelo R. Introdução ao Pensar – O Ser, o Conhecimento, a Linguagem. Petrópolis: Vozes, 1992.

BARTHOLO Jr., Roberto S., Os labirintos do silêncio, Rio de Janeiro, Editora Marco. 1986.

BAUDRILLARD, J. A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos. Lisboa: Gradiva, 1992.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

HALL, Stuart. “A identidade cultural na pós-modernidade”. RJ: DP&A Editora, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. SP: Brasiliense, 1985.

LYOTARD, Jean-François. “A condição pós-moderna”. RJ: José Olympio, 1998.

HARVEY, David. “A condição pós-moderna; uma perspectiva sobre as origens da mudançacultural”. SP: Loyola, 1989.

VIRILIO, Paul. O espaço crítico. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e Identidade. Ed. Jorge Zahar, RJ, 2002.

ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo, Ed. Ática, 1989.

BAUMAN, Zigmunt. Comunidade: a Busca por Segurança no Mundo. Atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt, Identidade – entrevista a Benedetto Vecchi, Rio de Janeiro: Jorge. Zahar Editor, 2005.

CÂNDIDO, A. Parceiros do Rio Bonito. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

LA BLACHE, V. As características próprias da geografia. Transcrito dos Annales De Géographie, 22 (124): 289-299, 1913. Título original: “Des caractères distinctifs de la

Géographie". Tradução de Odete Sandrini Mayer. Disponível em http://sites.uol.com.br/ivairr/lablache.htm, acessado em 20 de janeiro de 2000.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

MELGAÇO, L. De M. e SOUZA, M. A. A. De. Tecnologias da informação, violência e uso do território. Anais XI SBSR, Belo Horizonte, Brasil, 05 - INPE, p. 1875 - 1882. 10 abril 2003.

OLIVEIRA, A. C. F. de. A modernidade e a sociologia em Émile Durkheim. Comum - Rio de Janeiro - v.6 - nº 16 - p. 159 a 173 - jan./jun. 2001.

SOUZA, M. A. A de. O retorno do território. OSAL - Observatorio Social de América Latina. Viernes, http://osal.clacso.org/dev/ article.php3?id_article=115. 14 de octubre de 2005.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, A. F. A. O lugar e as práticas cotidianas. In: GONÇALVES, N. M. S., SILVA, M. A., LAGE, C. S. Os lugares do mundo. A globalização dos lugares. Salvador: UFBA. Departamento de Geografia. Mestrado em Geografia, 2000.

LIMA, L. C. Produção do espaço, sistemas técnicos e divisão territorial do trabalho. Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales,
Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98
Vol. VI, núm. 119 (63), 1 de agosto de 2002.

THOMAZ Jr. A. (Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil). Disponível em http://www.alasru.org/cdalasru2006/12%20GT%20Antonio%20Thomaz%20J%C3%
BAnior. pdf. Acessado em 10 de junho 2007.

BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALVES. M. B. N. A reafirmação do lugar a partir do conceito de solidariedade geográfica: Um estudo de caso de Pradoso. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe. NPGEO/UFS. Aracaju, 2008.